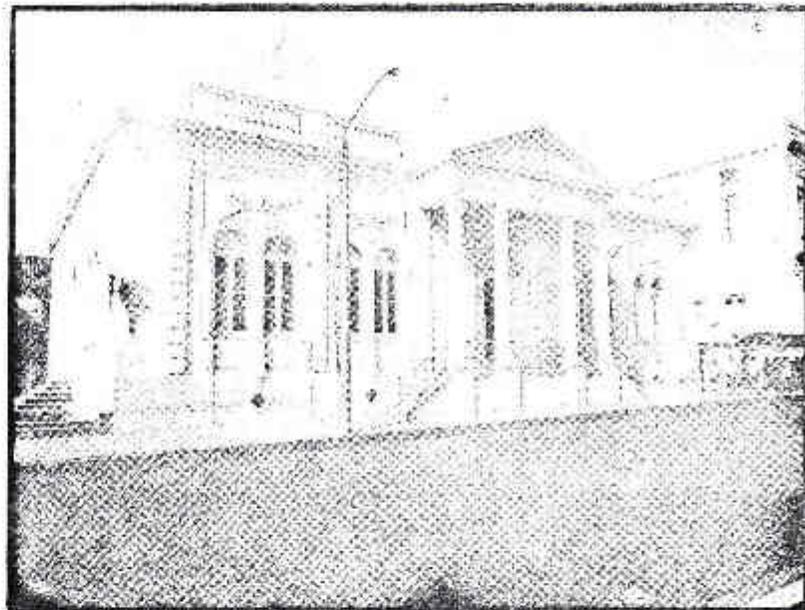


HISTÓRIA EM REVISTA



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO
DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

volume 3 - novembro de 1997

ISSN: *Revista*
Registro: *706 / [redacted]*
Data: *novembro / 1997*
Local: *N. D. H. / UFPel*



Editora e Gráfica Universitária - UFPel

HISTÓRIA EM REVISTA

VOLUME 3

NOVEMBRO DE 1997

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA



HISTÓRIA EM REVISTA

VOLUME 3

NOVEMBRO DE 1997

Pelotas
Editora da UFPEL

ANUAL

História em Revista	Pelotas	v. 3	p. 1-152	novembro/1997
---------------------	---------	------	----------	---------------

EDITORIAL

No terceiro número da *História em Revista*, publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, buscamos fortalecê-la. Mantendo-a como um espaço que facilita a veiculação da pesquisa histórica produzida na Universidade Federal de Pelotas, procuramos também afirmá-la como um periódico na área de História em âmbito nacional, contando, assim, com a contribuição de destacados pesquisadores, como a historiadora Helga I. L. Piccolo, que gentilmente ofereceu seu artigo sobre a escravidão em Pelotas, desejando fosse publicado em uma revista científica pelotense.

A *História em Revista* se consolida ao buscar constituir um valioso instrumento de pesquisa e informação. A partir desse volume, publicamos dossiês sobre temas específicos. Por esse meio, criamos um importante instrumento para pesquisa, estudo e ensino de História, por ensejar a leitura de variegadas abordagens sobre uma mesma problemática. No presente número, temos um dossiê sobre a escravidão na zona sul do Rio Grande do Sul; para tanto, privilegamos a publicação de artigos de autores da própria região, a fim de divulgar a pesquisa aqui realizada sobre o assunto. A temática é tratada sob diferentes enfoques: assuntos variados; metodologias e técnicas distintas; fontes históricas diversas.

Ademais, damos continuidade ao objetivo, estabelecido na elaboração do segundo número, de publicar documentação histórica de valor, inédita ou veiculada em obras antigas, raras e esgotadas, ou mesmo na imprensa de épocas muito recuadas. Assim, se no número anterior publicamos a entrevista com o ex-dirigente comunista Otávio Brandão, nesse trazemos uma tabela sobre a escravidão em Pelotas no século XIX, publicada no *Correio Mercantil* de 23.08.1884, bem como um conto do escritor pelotense Alberto Coelho da Cunha, que foi publicado em 1872, no *Parthenon Literário*, quando tinha ainda seus 17 anos de idade. Nesse conto, o adolescente descreve, com as tintas da literatura, o cotidiano do escravo da charqueada, que conhecera por meio de sua vivência familiar.

Com uma visão ampla da interação da História com as demais Ciências Humanas, trazemos um artigo de Antropologia, que trata, com originalidade, de um tema de absoluta relevância para os dias de hoje, qual seja, a violência.

Enfim, procurando incentivar os futuros professores e historiadores que formamos em nosso Curso de História, insistimos em manter uma seção dedicada à publicação de trabalhos de conclusão de curso que se destaquem por seus méritos científicos e intelectuais, aqui representados pelo artigo sobre a gripe espanhola.

Fábio Vergara Cerqueira
Editor

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**Reitora:**

Prof. Inguelore Scheueneman de Souza

Vice-Reitor:

Prof. José Carlos da Silva Osório

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Prof. Nel Fernandes Lopes

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. João Neudi Brandalise

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Francisco Elifavete Xavier

Pró-Reitor Administrativo:

Prof. Paulo Roberto Soares de Pinho

Pró-Reitor de Planejamento e**Desenvolvimento:**

Prof. Paulo Silveira Júnior

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Mano Osório Magalhães

Vice-Diretor: Prof. Alton Teixeira Finc

Chefe Depto. História e Antropologia:

Prof. Cláudia Mauch

Editora e Gráfica Universitária

Diretor: Jom. Fernando de Oliveira Vieira

História em RevistaPublicação do Núcleo de Documentação
Histórica da Universidade Federal de Pelotas

Deplo. de História e Antropologia

Conselho Editorial:

Prof. Dra. Helga I. Landgraf Piccolo

Prof. Dr. René Geriz

Prof. Me. Mario Osório Magalhães

Editor: Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Ficha Catalográfica

História em Revista/ Universidade Federal de Pelotas;
Departamento de História e Antropologia; Núcleo de Documentação Histórica.
v. 3, novembro 1997. - Pelotas: Ed.UFPEL, 1997.

Anual

1. História. - Periódico I. Universidade Federal de Pelotas II. Departamento de
História e Antropologia

CDD 900.05

**NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
HISTÓRICA DA UFPEL (NDH/UFPEL)****Coordenadora:**

Prof. Ms. Beatriz Ana Loner

Membros do NDH/UFPEL:

Prof. Me. Cláudia Mauch

Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Prof. Me. Flávia Maria Silva Rieth

Prof. Lorena Almeida Gill

Prof. Me. Maria Leticia Mazzuchini Ferreira

Técnicos Administrativos:

Alvim da Silva Jorge

Rogério Sacramento Burkert

Capa: Nara Rajano da Silva

Impressão Digital Lazer:

Luz Gonzaga de Souza Cruz

Rodrigo Marten Presles

Acabamento:

Oscar Luis Botmas (Chefe da Seção Gráfica),

Alexandre Farias Brão, Carlos G. Costa de

Silva, Cláudio L. M. dos Santos, João

Henrique Bordin, João José P. Medeiros,

Marciano Seratibeiro.

Digitação, Composição, Diagramação e**Revisão de Tabelas:**

Rogério Sacramento Burkert e Mara Lúcia

Vasconcelos da Costa

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Coronel Alberto Ross, 154

Pelotas - RS - Brasil - CEP 96.010-770

Fone/Fax: (0532) 22-8941 - 25-0996

E-mail: loner@ufpel.br

SUMÁRIO**EDITORIAL** 5**DOSSIÊ: Escravidão no Extremo Sul do Brasil**

1. O sistema escravista no Rio Grande do Sul:
os inventários como fonte para a pesquisa histórica 7
Helga Iracema Landgraf Piccolo
2. 1887: A revolta que oficialmente não houve
ou de como abolicionistas se tornaram zeladores
da ordem escravocrata 29
Beatriz Ana Loner
3. Negros, brancos e "pardos" na construção
do Novo Mundo, Pelotas 1848-1888 53
Ester J.B. Gutierrez
4. *Pai Felipe: Um episódio de charqueada e/ou*
aspectos temáticos da obra de Alberto Coelho da Cunha.... 85
Eduardo Arriada
5. O escravismo na região meridional do Rio Grande do Sul:
elementos contextuais e características 99
Agostinho Mario Dalla Vecchia

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

1. Núcleo de Documentação Histórica: Novos Rumos 123
Beatriz Ana Loner e Lorena Almeida Gill

ARTIGOS

1. O fantasma da violência. Reflexões sobre
"forças centrífugas" e um objeto em revolução..... 127
Theophilos Rifiotis
2. A Gripe Espanhola em Pelotas 137
Renata Brauner Ferreira

Nº Processo	Ano do Processo	Inventariado(a)	Nº Escravos Sexo
379	1854	Francisca Martins da Silva	1(1M)
380	1854	Francisco José Pacheco	18(9H e 9M)
381	1854	João Batista Victor e Joana Barbosa d' Azevedo(marido e mulher)	14(7H e 7M)
382	1854	José Vieira Vianna	60(48H e 12M)
383	1854	João Querino Vinhas	71(65H e 6M)
384	1854	José Pedro da Costa	3(2H e 1M)
385	1854	Maria Vivência de Sant'Anna	5(3H e 2M)
386	1854	Maria José Vaz	1(1H)
387	1854	Mandei José Pedro	2(1H e 1M)
388	1854	Miguel Justino Garcez	-
389	1854	Mandei Teixeira Nunes	19(12H e 7M)
390	1854	Virgínia Balbina Moreira	5(3H e 2M)
391	1855	Anna Maria Pacheco	-
392	1855	Custódio José dos Santos e Mariana Eufrasia dos Santos (marido e mulher)	19(15H e 4M)
393	1855	Camilo Barbosa e Vasconcellos	2(1H e 1M)
394	1855	Eugênia Mathilde da Silveira	2(1H e 1M)
395	1855	Fluriana de Souza Nunes	2(2M)
396	1855	Francisca Garcia de Souza	9(6H e 3M)
397	1855	José Maria da Porciúncula	11(7H e 4M)
398	1855	Mandei Gonçalves dos Santos	4(2H e 2M)
399	1855	Rosa Socca	10(7H e 3M)
400	1855	Thomaz Serafim da Costa	6(3H e 3M)
404	1853	José de Farias Rosa	14(7H e 7M)

OBS:

H = Homem

M = Mulher

1887: A REVOLTA QUE OFICIALMENTE NÃO HOUE OU DE COMO ABOLICIONISTAS SE TORNARAM ZELADORES DA ORDEM ESCRAVOCRATA.

Beatriz Ana Loner*

RESUMO: Este artigo trata da revolta ocorrida em 1887 na charqueada de Brutus de Almeida em Pelotas. Após breve investigação sobre a forma como foi feita a emancipação no município, procura-se analisar as relações entre senhores de escravos e abolicionistas em Pelotas na década de 80 do século passado. O comportamento dos jornais e setores abolicionistas no episódio - de completo silêncio - e a descrição dos acontecimentos compõem a parte final do artigo.

PALAVRAS-CHAVE: abolição, escravatura, revolta.

As relações entre abolicionistas e escravocratas em Pelotas conheceram momentos de profunda tensão. O maior desses momentos aconteceu em fins de 1887, quando do episódio da revolta dos escravos da charqueada do sr. Junius Brutus de Almeida, em que quase ocorreu um confronto físico entre partidários dos dois campos, só sendo apaziguados os ânimos frente a um compromisso que tomava os abolicionistas em avalistas do comportamento dos contratados na cidade. Houve um grande empenho dos abolicionistas em que a notícia não transpirasse, tanto que a grande maioria dos jornais da cidade nada comenta ou limita-se a negar até o próprio fato da revolta dos escravos. Essa revolta se inscreve num conjunto maior de movimentos escravos existente nos meses anteriores à abolição, com limitada amplitude e caráter de fuga em massa (REIS, 1995/96:30). Para a historiografia gaúcha, a análise desse movimento interessa não só porque permite analisar as relações entre escravocratas e abolicionistas no período imediatamente anterior à abolição, mas porque, provavelmente, tenha se constituído numa das primeiras greves de trabalhadores na produção de que se tem notícia no estado. O 'detalhe' é que estes ainda eram escravos e sua reivindicação era a liberdade.

* Professora do Departamento de História e Antropologia, Instituto de Ciências Humanas (ICH), Universidade Federal de Pelotas (UFPe); doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O contexto social:

A cidade de Pelotas, importante porto comercial do estado e que, junto com Rio Grande, constituía um dos pólos iniciais da industrialização no RS, estava, nas últimas décadas do Império, vivendo seu maior auge. Segundo Magalhães (1993) este foi o período de ouro da cidade, período em que sua opulência material, riqueza e diversidade cultural mais se acentuaram.

Sua riqueza material baseava-se nas charqueadas que exportavam seus produtos para lugares distantes do Brasil e até para outros países; produção exportada pelo porto de Rio Grande. Devido às charqueadas, a cidade concentrou grande número de escravos que se constituíram na mão de obra quase absoluta deste tipo de empreendimento. O trabalho nas charqueadas era muito duro, prolongando-se de modo extenuante durante as safras (normalmente de dezembro a maio, ou junho); além disso, o clima da região era insalubre, com invernos frios e extremamente úmidos. Esse desgaste excessivo do negro provocava sua morte prematura, o que pode ser comprovado pela diferença entre o número de escravos do sexo masculino e feminino falecidos entre setembro de 1883 e junho de 1884; enquanto naquele período morreram 838 homens somente 337 escravas faleceram. Somente para os escravos entre 21 e 60 anos, em igual período, temos os dados de 610 óbitos masculinos contra apenas 230 femininos¹. Obviamente, esses escravos falecidos não necessariamente eram empregados nos trabalhos apenas nas charqueadas, mas é significativo o contraste entre sua alta mortalidade e aquela das mulheres escravas, das quais não há registro de serem empregadas em tais serviços.

Esses dados indicam a necessidade sempre crescente de reposição da mão de obra, por parte dos charqueadores. A oferta, porém, vai sofrer um rude golpe com a interrupção do tráfico de escravos na década de 50 e, posteriormente, com as leis de extinção gradual da escravidão e a coibição do tráfico interprovincial. Mas a capacidade de concorrência das charqueadas pelotenses com as lavouras de café paulistas na disputa pela mão de obra escrava decresce sensivelmente ao longo do tempo, pois a política econômica do império, aliada à retração do mercado (o charque era consumido pelos próprios escravos) e à concorrência platina, minavam suas fontes de acumulação e lucro. Segundo Pesavento (1989:24), se até a década

de 70 a província gaúcha recebeu um grande contingente de escravos de outras regiões, o processo inverso ocorreu a seguir, sendo o Rio Grande do Sul a região que mais sofreu perda de escravos entre 1874 e 1884, configurando uma crise de braços, especialmente no setor das charqueadas, motivado pela impossibilidade de substituição da mão de obra, dada a dificuldade de conseguir trabalhadores livres em quantidade suficiente. A imigração só cresceu a partir do fim da escravidão e os imigrantes que aqui chegavam eram destinados preferencialmente às colônias de produção agrícola, ou a serviços urbanos especializados, além de não estarem adaptados a esse tipo de trabalho².

Pelo quadro anexo, vê-se que em 1884 existiam 5.918 escravos no município, sendo 3.666 homens e 2.252 mulheres. Retirando-se desse número aqueles que se dedicavam à lavoura, temos 5559 empregados nos demais serviços, incluindo as charqueadas. Retirando-se as mulheres e aqueles sem condições de trabalho, restariam 2.697 escravos adultos, aos quais poder-se-ia agregar 570 menores³, entre 13 e 21 anos, disponíveis para esses estabelecimentos, o que soma

²A natural resistência dos imigrantes quanto a trabalharem lado a lado com escravos, soma-se a dureza do trabalho, seu caráter sazonal e o próprio despreparo do imigrante quanto às peculiaridades do ofício, o que faz com que os próprios charqueadores reconheçam que o melhor trabalhador e mais adaptado ao serviço seja o negro, escravo ou liberto. (*Jornal Sul do Brasil*, nº 15, de 28/2/1888) Embora se possa desconfiar do caráter político desta afirmação, feita num contexto de defesa dos direitos dos charqueadores frente aos contratados, a continuidade do emprego da mão de obra negra nas charqueadas durante a Primeira República confirma que havia um elemento de verdade nesta afirmação, sem deixar de levar em conta a oferta de empregos melhores aos trabalhadores brancos, em detrimento dos negros.

³Nesse total de escravos disponíveis, tem-se também 238 menores, trabalhando em 'serviços estranhos à lavoura'. Entretanto, outros 570 menores são arrolados sob a rubrica de 'sem profissão declarada', uma categoria que parece servir para indicar aqueles incapazes para o trabalho. Admitindo-se que tivessem nascido antes da Lei do Ventre Livre, teriam na época entre 13 e 21 anos e, portanto, segundo os padrões da época, estariam em condições de trabalho. Contudo, pode-se tentar interpretar este dado como sendo consequência apenas da premissa básica da tabela, que é colocar a evolução da população escrava entre 30 de setembro de 1873 e 30 de junho de 1884. Dessa forma, vê-se que este dado final (570) foi obtido a partir do dado inicial ('*escravos matriculados em 30 de setembro 1873*'), sem considerar que, nos 11 anos então decorridos, a própria natureza se encarregou de retirá-los da condição de incapacidade para o trabalho, percepção que pode ter faltado ao compilador, mas seguramente não faltou aos senhores de escravos. Por outro lado, tudo indica que esse quadro foi feito através da anulação de dados oficiais, e, portanto, deve-se considerar que pode apresentar números menores que os reais, pois não inclui os escravos em situação irregular no município, não matriculados ou contrahandeados, por exemplo.

¹Quadro demonstrativo da população escrava no município de Pelotas, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 30 de setembro de 1873 a 30 de junho de 1884. Fonte: *Correio Mercantil*, de 23/8/1884, p. 1. (tabela em anexo)

3267 pessoas. Ainda há que se observar que não necessariamente todos estes escravos estariam de fato envolvidos na indústria do charque e que em 1885 foi promulgada a Lei do Sexagenário. Comparando-se com os dados de 1873 vê-se que houve uma diminuição, em números absolutos, de 834 escravos.

Em outubro de 1884 cerca de dois mil cativos passaram à condição de "libertos contratados" na cidade. Não só sua situação jurídica se tornou diferente, mas o fato de serem libertos, mesmo que com cláusula de prestação de serviços, levou-os a desenvolver outra percepção de sua situação, pois depois desse período amiudar-se-ão as fugas de contratados, caracterizando sua recusa em continuar a prestar os serviços a que estavam obrigados⁴. Em Pelotas, devido à proximidade com o Prata, onde não mais existia a escravidão (PICCOLO, 1992), o problema das fugas era especialmente sentido, além de existir numerosos casos de fugas "para dentro" da própria cidade (MELLO, 1994:104).

As charqueadas acusariam o golpe desse período instável e nervoso para seus negócios, parecendo haver uma relação direta entre o decréscimo do número de escravos e o número de charqueadas. De 34 arroladas em 1878, apenas 21 existem em 1887, e somente 18 estão atuando em 1890 no município⁵.

A fórmula de libertação com cláusula de prestação de serviços não só visava a impedir as fugas, como propiciava aos senhores condições de enfrentar o movimento abolicionista e a opinião pública, enquanto

⁴Cardoso afirma que houve "uma espécie de revolta surda dos escravos contra a lei da emancipação com cláusula de prestação de serviços e o debandada do trabalho foi maciça". Cita dados do relatório presidencial de Azambuja Villanova de 1887, em que este comenta que 2/3 dos libertos contratados em Porto Alegre teriam abandonado a casa dos ex-patrões logo que conseguiram suas cartas de alforria, e andavam vagando, maltrapilhos, pelas ruas, e que na campanha a situação não era diferente." CARDOSO, F. H. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962, p. 275.

⁵As 34 charqueadas existentes em 1878, constam do memorial: *A Praça do Comércio da Cidade de Pelotas (província de São Pedro do Rio Grande do Sul) ao comércio nacional e estrangeiro*. Pelotas, tipografia do Correio Mercantil, 1879. Quanto as 21 charqueadas existentes em 1888, pouco depois da Abolição, são apresentadas em pesquisa do *Jornal Sul do Brasil*, órgão do *Centro Agrícola Industrial*, associação que representava os interesses dos próprios charqueadores pelotenses (*Sul do Brasil*, 13/08/1888). Por fim, as 18 charqueadas existentes em 1890 fizeram parte de recenseamento feito por setor oficial da prefeitura de Pelotas (*Boletim apresentado a Intendência Municipal da cidade de Pelotas*, em sessão de 12 de maio de 1891, por Euclides B. de Moura, diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência - Pelotas, impressão à vapor da Livraria Universal, 1891).

garantia tempo para assegurar-se outras fontes de provisão de mão de obra e proceder ao seu treinamento⁶. Em 1884, fundou-se o *Centro Abolicionista*, uma entidade de donos de escravos, cuja finalidade era viabilizar a emancipação na cidade, optando pela fórmula de contratos com cláusula de prestação de serviços. Em pouco tempo, conseguiram empolgar numerosos senhores de escravos. E, finalmente, em 16 de outubro de 1884, ocorreu a *Festa da Libertação*, na qual cerca de 2500 escravos foram beneficiados com a perspectiva da liberdade, após um período de 3 a 7 anos de prestação de serviço a seus senhores (OSORIO, 1922:95).

Com o desenrolar do processo abolicionista, são os próprios contratos que ficam ameaçados em sua vigência. O *Jornal Sul do Brasil*, órgão do *Centro Agrícola Industrial*, publicado em 1888, reflete o pensamento e as preocupações dos charqueadores com respeito à questão, incentivando o trabalho livre e a imigração, mas não descurando de defender a sobrevivência dos contratos, mesmo após a abolição. Na argumentação enviada pelo *Centro* ao Barão do Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros, os charqueadores insistem em que a extinção dos contratos reduziria as charqueadas a uma precária situação, pois não poderiam empregar imediatamente imigrantes, os quais não possuíam o treinamento necessário para a execução do serviço. Alegam que os contratos serviram a um duplo fim, pois, para os charqueadores, tratou-se de conseguir tempo para buscar e treinar trabalhadores substitutos. E, com relação aos ex-escravos, o objetivo era educá-los gradativamente para as responsabilidades e deveres que a liberdade envolve. Ocorre porém que, se a libertação ocorrer de repente, o contratado vai entender que é hora de gozar a mais absoluta liberdade, esquecendo-se da questão da sobrevivência diária; o resultado, assim, pode ser o abandono completo do trabalho, deixando os proprietários sem ter como produzir. Acrescentam que não se pode igualar um liberto a um homem que nasceu livre, porque este "se acostumou a reconhecer desde o seu nascimento que o limite de suas aspirações se detém na justa remuneração do trabalho" (*SB*, 28/02/88). Por isso, pedem que se considere os transtornos que a rescisão dos contratos trará a província, ao mesmo tempo em que se posicionam contra a aplicação retroativa da (futura) lei de extinção da escravatura, pois os contratos foram assinados antes de sua possível vigência.

⁶ Segundo F.H.Cardoso, "a cláusula de prestação de serviços, chamava-se a fórmula milagrosa que permitiu a 'libertação' de 40.000 escravos em poucos meses [na província gaúcha], isto é que permitiu aos senhores de escravos, e um tempo, elidir a si próprios o grande problema do trabalho livre e esquivarem-se das pressões dos anti ou a-escravagistas, pois todos aceitaram a abolição através dessa fórmula". CARDOSO, op. cit. p.263.

Entretanto, eles estão antecipadamente derrotados, não só porque a Abolição vai rescindir os contratos, mas também porque o processo de fuga dos libertos se intensifica nos últimos meses, causando estragos consideráveis à produção. A instabilidade foi de tal ordem que afetou negativamente o preço do boi, porque os charqueadores se intimidaram na hora da compra, com receio de não encontrar meios de proceder à sua industrialização (*A Pátria*, 19/5/88). A solução encontrada, quando do 13 de maio, foi combinar entre si uma data limite para a matança, e negociar com a Comissão promotora dos festejos da Abolição, para que estes só ocorressem após essa data, sendo atendidos (*Onze de Junho*, 18/5/88).

Em que pese algumas tentativas de trazer mão de obra estrangeira, especialmente platina, para as charqueadas, torna-se evidente para a análise que, ao contrário de outras produções ou indústrias, as charqueadas não conseguiram se libertar da dependência do braço negro, o qual continuou sendo predominante mesmo depois da Abolição. Por isso mesmo, qualquer ação dos partidários do abolicionismo, no sentido de apressar ou consolidar o processo, sempre se chocou com os interesses dos senhores charqueadores. Isso fez com que, ao contrário da imagem que a própria cidade tentou passar, a emancipação em Pelotas não fosse um feito harmonioso e precoce, obra de uma cidade culta, mas sim um processo extremamente complexo e delicado, cheio de recuos e contradições; e no qual a parte mais sensível a ser resguardada nunca foi a pele dos próprios escravos envolvidos, mas sim as superiores necessidades da produção do charque e dos interesses dos donos de escravos.

A Ação Abolicionista:

Em 1881, o pensamento abolicionista instaurou-se na cidade, com a fundação do jornal *A Voz do Escravo*, o qual lutava pela libertação dos escravos, ao mesmo tempo em que denunciava as torturas e os maus tratos a que eram submetidos. Tão logo o jornal começara a circular, a morte de um escravo no tronco, numa charqueada, deu origem a uma comoção na cidade, com os jornais denunciando o fato, e o corpo do escravo sendo encomendado na Igreja Matriz (*A Voz do Escravo*, nº5). Mas, com a intimidação das testemunhas, não houve punição ao charqueador e apenas foram pronunciados os executores da tortura, também escravos.

A idéia da formação de uma associação abolicionista foi lançada pelo jornal em 1º de maio de 1881 e as primeiras reações dos escravocratas não tardaram, sendo os abolicionistas acusados de incitar à revolta, aventando-se inclusive a hipótese de se haver

constituido "um movimento sedicioso da escravatura" na cidade (*A Voz do Escravo* nº 10).

O *Club Abolicionista* foi fundado em 21 de agosto de 1881, enquanto que, em 27 do mesmo mês, criou-se o *Club Emancipador 27 de Agosto*, o qual se propunha a constituir um pecúlio, através de uma contribuição mínima por sócio, e apostar este em bilhetes de loterias. O prêmio, se houvesse, seria empregado integralmente na alforria de escravos. Ao que parece, a sorte não coroou as boas intenções dos 276 integrantes desse clube e o dinheiro foi perdido em sucessivas apostas que pouco renderam⁷.

Obteve melhor desempenho o *Club Abolicionista*, consolidando-se com um trabalho alicerçado na compra de escravos e sua alforria, além da propaganda de idéias abolicionistas. Este *Club* reunia pessoas de prestígio da sociedade, ao lado de destacados militantes da causa, como Hypólito Detroyat, Serafim Antonio Alves, vigário Dr. Cariabarro, João Antonio Ramos e Manoel Conceição da Silva Santos. Formado apenas por pessoas livres e com uma proposta essencialmente conservadora e moralista⁸, a associação incluía negros, mesmo na diretoria. Do mesmo modo, permitia a associação de mulheres, embora estas não pudessem fazer parte de sua diretoria.

O *Club* não estava livre de algumas contradições internas, como o fato de admitir que seus sócios possuísem escravos e ter como seu primeiro presidente o mesmo advogado que defendera o charqueador Paulino Leite no caso do escravo morto sob tortura, menos de 6 meses antes⁹. Enfrentou também problemas derivados das lutas político-partidárias, e do apoio do jornal *A Voz do Escravo* à candidatura de Fernando Ozório para representar os interesses abolicionistas, nas eleições para deputado geral. Este fato parece gerar dissidência dentro

⁷ Parece ser estranho a forma de ação, mas deve-se considerar que a cidade vivia uma 'febre de apostas', de que há amplas provas nos jornais da época. Por outro lado, pode ter sido a forma encontrada por pessoas comuns, sem posses, para participar da campanha de emancipação da escravatura, pois a contribuição era pequena (*Diário de Pelotas* 30/8/1881 e *Jornal do Comércio* 4 e 20/11/81).

⁸ Segundo seus Estatutos, todo o capital arrecadado destinava-se a comprar a liberdade dos escravos. Esta deveria ser negociada com o dono porque o *Club* não aceitava libertar escravos sem seu consentimento. Os escravos a serem libertados deveriam ter boa conduta, não sendo fujões, ladrões ou bêbados e não tendo vícios. Se o escravo já tivesse um pecúlio, este seria preferido entre outro em igualdade de condições. Depois de libertado, a associação exigia rigorosa vigilância sobre todos os libertos quanto a sua conduta. Se mulheres, elas eram empregadas em casa de família e seu ordenado formaria um pecúlio para quando casassem ou completassem a maioridade.

⁹ *Diário de Pelotas* 23/8/1881 e 26/5/1881.

do jornal, com a saída de membros importantes, como o jornalista João José Cezar, pondo sob suspeição o próprio Club que enfrentará uma resistência inicial por parte de setores ligados ao Partido Liberal, cujo candidato, Sr. Antunes Maciel, também se apresentava como defensor dos interesses abolicionistas.

Em 1884, o *Club Abolicionista* foi quase que atropelado pela formação do *Centro Abolicionista*, entidade criada durante a campanha pela emancipação. Embora o *Club* tenha participado de sua criação, já na primeira reunião interesses político-partidários e econômicos fizeram com que a presidência da entidade fosse posta nas mãos do Barão de São Luís, da família Antunes Maciel e do Partido Liberal. Definiu-se, depois, que a forma da emancipação deveria ser a da libertação com contrato de prestação de serviços, o que não traria prejuízos à indústria e comércio (*A Discussão*, 5/9/84). Foi esta segunda entidade que liderou a festiva emancipação dos escravos, em 16 de outubro de 1884, em sessão solene, com a presença de todas as autoridades e o apoio de boa parte dos charqueadores. Como resultado de seu gesto em "libertar" seus escravos, vários dos senhores receberam títulos de nobreza do Império. Os contratos variavam de três a sete anos e o Centro informava ter conseguido cerca de 2500 adesões à campanha.

Não se pode dizer que houvesse sérias divergências entre o *Centro* e o *Club Abolicionista*, os quais tiveram uma atuação comum neste episódio, em que pese suas disputas internas¹⁰. Contudo, o *Club* era uma entidade permanente com um trabalho orientado no sentido da alforria completa aos escravos e não sua transformação através de contratos. Além disso, havia em sua diretoria um núcleo de pessoas com idéias mais radicais, que buscavam não só a extinção do cativeiro, mas a integração do negro na sociedade - como João A. Ramos, Serafim Antonio Alves, Manoel Conceição da Silva Santos, Cônego Canabarro, e outros, alguns destes possuindo íntimas ligações com as sociedades negras da época. Dessa forma, aqueles que queriam apenas a transformação do escravo em contratado, devem ter concluído que seria mais produtivo a seus interesses manter o controle do processo de emancipação em suas mãos.

¹⁰O jornal abolicionista *A Discussão*, de 1/9/84 é contrário a libertação via contratos e protesta contra a nomeação do Barão de São Luís para presidente do movimento, em detrimento dos líderes do *Club Abolicionista*, sendo seu redator, Arthur Ulrich, membro diretor do *Club*. Em plena cerimônia da emancipação, há um protesto público do presidente do *Club Abolicionista* quanto a ata que não contempla a participação do *Club* no esforço emancipatório (*A Discussão* 17/10/84).

A emancipação de 1884 provocou um certo entorpecimento da sociedade pelotense - inclusive dos abolicionistas - com relação à questão da escravidão. Criou-se um verdadeiro mito de que não existiam mais escravos na cidade¹¹ e que, dentro em breve, todos os libertos passariam a gozar de sua liberdade, com o término dos contratos. A própria decadência do *Club Abolicionista* é reflexo desta situação. Ernesto Gergröss, proprietário do jornal *Diário de Pelotas*, vinculado ao Partido Liberal, fez o seguinte comentário frente ao ceticismo de outros setores da imprensa quanto aos acontecimentos de 16 de outubro de 1884:

"Tão esplêndido foi o triunfo que Pelotas alcançou na abolição do elemento servil de seu município, que vimos a imprensa escravocrata desorientada, negando que o município esteja livre e afirmando que ele possui ainda 2000 escravos.

Desafiamos esta imprensa a provar o que avança. Pelotas não tem escravos. Se algum existe sem contrato o Centro Abolicionista está disposto a, pelos seus meios legais, promover a sua liberdade, no que é coadjuvado por todos os que se interessam pela emancipação do município" (*Diário de Pelotas*, 21/10/1884).

O tom de entusiasmo e ferrenha convicção com que defende a não existência de escravos na cidade, é compatível com sua posição em 1887, quando se questiona publicamente sobre a existência ou não de escravos na cidade. É impossível que durante esse tempo não tivesse visto a sucessão de denúncias sobre maus tratos aos escravos, o desfile de contratados submetidos a sevícias ou usando gargalheiras e ferros, o que acontecia mesmo em janeiro de 1888, em pleno centro urbano (*O Rio Grandense*, 6 e 17/1/1888, 14/2/1888).

A ilusão de que o problema da escravidão havia sido equacionado era conveniente para a elite pelotense, naquele momento, por vários motivos. Para muitos, tratava-se de não falar sobre a escravidão, para não suscitar problemas, tanto em relação aos escravocratas, quanto à imigração que se queria atrair para o município. Nas décadas de 80 e 90, criaram-se várias colônias no município, a maioria delas particulares (GRANDO, 1990:73), e não interessava deixar passar a imagem que a cidade ainda teria escravos. Quanto aos escravocratas, sabiam ser a

¹¹Para Cardoso, as festas de libertação, em Pelotas e Porto Alegre, "corresponderam a dramatização do comportamento nobilitante dos brancos, pelo qual se fez uma espécie de catarse coletivo, que eliminou a consciência culpada. Pouco importava que as coisas não tivessem mudado radicalmente: tudo se passou como se, de fato, a Província tivesse abolido a escravidão completamente e sem indenizações." CARDOSO, op. cit. p. 264.

hora de aproveitar e sugar até a última gota de seus escravos e contratados, antes que definitivamente não mais pudessem dispor deles¹².

Sobraram os militantes de sempre, dos quais os esforços não bastaram para dar conta da grande tarefa de luta contra a escravidão no município e cujo trabalho foi marcado por inúmeras pressões adversas. Muitos desses militantes eram negros ou mulatos e tinham íntimas ligações com as sociedades negras da época¹³. Para esses, era claro que o processo de extinção da escravatura deveria dar-se de forma a promover a integração do negro à sociedade como trabalhador livre, como *operário*, o que seria um avanço real, dada a situação de marginalização e opressão que recaía sobre o elemento negro liberto. Eles reconheciam e criticavam os limites da emancipação de 1884 e estavam sempre buscando ampliar as oportunidades para a raça negra, inicialmente na luta contra a escravidão, depois buscando a elevação e integração econômica e social do elemento negro à sociedade, através da educação e da luta por melhores condições de vida e trabalho para o operariado. Não é por acaso que as associações negras estarão

¹²Cardoso discrimina alguns tipos de interesses que faziam parte do bloco abolicionista de 1884: "Havia os 'emancipadores' que nada mais desejavam senão manter a escravidão na forma pela qual ainda era possível. Estes, quando o movimento de 84 atingiu o auge, foram os que mais rapidamente passaram a conceder cartas de alforria com a cláusula de prestação de serviços. Havia os que, não possuindo escravos, transigiam com os escravistas 'emancipadores' porque só se interessavam pela imigração e aceitavam qualquer forma de transição para o trabalho livre. E havia ainda os que, por serem filiados a situação liberal, aceitavam o movimento emancipador de 84, mais por razões político-partidárias do que por motivos econômicos... em nenhum deles o problema central é o homem negro e a crítica da sociedade escravocrata" CARDOSO, op. cit. p. 259, nota 108. Embora sua análise esteja correta para a maior parte dos integrantes do bloco abolicionista em Pelotas, entretanto ele desconsidera o fato da existência de setores que lutaram pela extinção da escravidão na perspectiva de elevação do negro a categoria de cidadão. É necessário lembrar que o autor, empenhado em provar que a abolição foi um processo de brancos para brancos, praticamente desconhece a participação do próprio negro no processo da abolição e, portanto, não pode ver que as formas em que esta se realizava.

¹³Normalmente cita-se apenas como negro Manoel Conceição da Silva Santos, membro do Club Abolicionista. Entretanto, vários indícios, como sua associação e/ou participação em diretorias de entidades negras, apontam no sentido de que Serafim Antonio Alves, secretário e participante de várias gestões do Club Abolicionista, além de dirigente maçônico de destaque, fosse, pelo menos, mulato. Mas abolicionistas não eram só os integrantes dos clubes abolicionistas, mas também todos aqueles, negros e brancos, que de alguma forma reforçaram a luta contra a escravidão e assim seu número incluía todas as sociedades negras e algumas de brancos, além das sociedades beneficentes ou recreativas operárias.

sempre presentes em todos os atos, manifestações e festas operárias da República Velha na cidade, como também não é indiferente que tantos líderes operários pelotenses sejam negros e com dupla militância: em associações operárias e em associações da raça, sejam recreativas, de representação ou beneficentes¹⁴.

A partir de 1880, os negros começaram a formar associações na cidade, das quais algumas possuíram uma longevidade invejável. Seu número e vitalidade demonstram um alto grau de organização para a época: entre 1880 e 1888, contam-se 3 entidades beneficentes: S.B. *Fraternidade Artística*, S.B. *Feliz Esperança* (1880) e S.B. *Harmonia dos Artistas* (1881); duas entidades recreativas: S. *Bailante Recreio dos Operários* e *Club Carnavalesco Nagô* (1882) e uma entidade representativa: *Centro Ethíópico*¹⁵. No terreno religioso, havia as Irmandades católicas de *Nossa Senhora do Rosário* e de *São Benedito*, além da *Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade* (MELLO, 1994:48). O caráter beneficente ou recreativo dessas entidades não escondia seus objetivos mais amplos de elevação econômica e social do negro e nem seu caráter abolicionista¹⁶.

O *Club Carnavalesco Nagô* era uma associação singular, pois tinha atuação dupla, com uma face voltada à abolição e à crítica da escravidão e outra face voltada à resistência cultural negra (Mello, 1994). Entretanto, seu principal objetivo foi a derrubada da escravidão, tanto que seu próprio destino é selado por ela: em 30 de maio de 1888, depois de uma triunfal passeata que contou com a representação de várias entidades amigas e a presença de mais de 600

¹⁴Dados preliminares de pesquisa de doutorado da autora, em andamento junto ao Programa de Doutorado de Sociologia da UFRGS: "Classe e identidade operário em Pelotas: 1889-1937".

¹⁵Ainda são citados outros clubes como participantes da passeata dos negros quando da emancipação de 1884, Club Carnavalesco Republicano e clubes Netos da África e Juvenil.

¹⁶Em 1881, num contexto de possível apoio eleitoral do presidente da associação a um determinado candidato a deputado, um grupo de membros da diretoria da S.B. *Fraternidade Artística* desliga-se da entidade e justificam sua atitude "em razão de procedimento reprovável com que muitos de seus sócios perfidamente se tem exibido, deixando dominar a especulação sedosa de indivíduos que, sobre a capa da sinceridade e da virtude, só visam interesses sordidos, sacrificando nas áreas da ambição o que há de mais leal e respeitoso, a liberdade! e o amor a causa que (sic) nos votávamos!" (D. Pel 31/8/81).

peças, ele entrega seu estandarte e livro de atas às autoridades e extingue-se¹⁷.

Essas associações negras também serão responsáveis pelo desenvolvimento do processo, na medida em que faziam parte de um corpo de entidades contrárias à escravidão - que incluía algumas entidades de brancos ou mistas - e formavam uma rede de apoio aos escravos e de pressão sobre os setores dominantes. Isso, multiplicado pelas várias formas de resistência individual dos escravos e contratados, auxiliou no resultado final.

A maçonaria também constituiu um canal importante de apoio ao movimento abolicionista, mas a real dimensão de sua participação ainda é imponderável, não só pelo segredo que caracterizava a organização, mas também porque, como uma instituição amplamente disseminada entre os estratos médios e superiores da sociedade naquele período, congregava indivíduos dos mais diversos modos de agir e pensar sobre esse assunto.

As relações entre abolicionistas e escravocratas na cidade sempre se desenvolveram de forma conflituosa. Já em seus primeiros números, o jornal *A Voz do Escravo* tem de se defender da acusação de que só em Pelotas existiriam abolicionistas¹⁸. Depois, no primeiro ano de criação do *Club Abolicionista*, os jornais locais volta e meia prevêem levantes gerais de negros ou sua utilização política em eleições¹⁹. O acirramento entre as partes, nos últimos meses antes da Abolição, deixou os abolicionistas física e emocionalmente intimidados. O periódico *A Ventarola*, de janeiro de 88, chega a lamentar a situação de retrocesso do movimento, pois justamente quando mais esperavam que o processo da abolição se completasse, questões momentâneas pareciam fazer o processo recuar. Serafim Antonio Alves, um dos mais destacados lutadores, advogado e defensor de negros contratados, denuncia ameaças à sua pessoa por parte dos escravagistas, enquanto o jornal republicano *A Pátria*, tornando-se porta-voz dos charqueadores, acusa os abolicionistas de incentivar fugas de contratados (*Rio Grandense* 17/1/88). Ao lado disso, conhecidos escravocratas se diziam também abolicionistas de longo curso, o que desanimava os militantes,

que sabiam perfeitamente ser esta mais uma manobra diversionista, buscando a diluição da idéia.

O silêncio dos jornais pelotenses sobre os males quotidianos da escravidão torna-se ainda mais evidente em fins de 1887, quando o jornal porto-alegrense *A Federação*, de 11 de novembro de 1887, traz denúncias graves sobre o tratamento do negro nas charqueadas. Segundo o jornal, que diz possuir fontes fidedignas:

"Alguns charqueadores de comum acordo organizaram e municionaram várias partidas de capitães do mato incumbidas de apreender os pretos refugiados na serra dos Tapes; que as partidas tem ordem de matar a tiro os que tentarem escapar e atar e açoitar os que forem agarrados; que, além dessa ordem, os comissionários receberam autorização escrita de uma autoridade policial no mesmo sentido; que os pretos que são caçados, além das surras aplicadas pelos capitães de mato, são açoitados nos estabelecimentos dos respectivos senhores; que em uma das últimas caçadas foi morto à tiro de pistola, um dos refugiados que tentou escapar, ficando o cadáver abandonado e insepulto, fato que foi noticiado por uma folha pelotense; que os pretos assim agarrados pertencem na sua quase totalidade ao número de contratados, qualidade que ao menos deveria torná-los isentos da pena de açoites; que, finalmente, alguns deles são livres por lei, visto que são maiores de sessenta anos". *A Federação* 11/11/87)

Apesar da gravidade das denúncias, manteve-se o silêncio, com o *Diário de Pelotas* (18/11/87) fazendo menção à notícia de forma breve e considerando-a inverídica, mas pedindo ao juiz da cidade seu averiguamento, na tentativa de uma saída honrosa para a situação.

Somente *A Ventarola* (27/11/87), jornal literário e humorístico, praticamente a confirma, através de um artigo irônico e zombeteiro, em que, após afirmar que a notícia provocou "muito gemido e descontentamento" na cidade, coloca que os fatos denunciados nunca poderiam ocorrer em Pelotas, que se constituía em verdadeiro "paraíso dos negros" e onde as leis de extinção da escravidão eram cumpridas fielmente. Em outros números, *A Ventarola* volta a criticar a situação dos negros, ora denunciando que "mais um negrinho foi estofado a facadas e tiros para os lados da Costa" (5/2/88), ora zombando de que os negros estão aprendendo a se afogar aos pares e chegando a sugerir que se use a pele deles para fazer sapatos, vergalhos, bacalhaus, etc. (12/2/88).

¹⁷ *Diário de Pelotas*, 1/16/1888 *Club Nagô*: "Este distinto Club Carnavalesco que tão saliente parte tem tomado há alguns anos nos folguedos carnavalescos, dissolveu-se ontem: em consequência de haver desaparecido do solo brasileiro, a instituição que justificava a existência da mesma associação".

¹⁸ *A Voz do escravo* nº 3, 1881. Isto ocorre no contexto de uma polémica com o jornal "O Diabrete".

¹⁹ *Correio Mercantil* 5/7/81 e *Diário de Pelotas* 30/8/81

A Revolta:

É neste contexto que se deve inserir o episódio da revolta na charqueada de Junius Brutus de Almeida. Em primeiro lugar, convém situar este estabelecimento: era o maior do município, industrializando 10% do total da safra de reses abatidas em 1890²⁰. Seu dono, ten.-cel. Brutus de Almeida era membro proeminente da diretoria do *Centro Agrícola Industrial* e um dos que mais investiam na modernização das charqueadas, praticando a instalação de máquinas a vapor, que economizavam mão de obra, e a importação de operários do Prata para fazer seu estabelecimento funcionar "segundo o sistema platino". Ao mesmo tempo, tomava atitudes progressistas para a época, estabelecendo um armazém para uso de seus empregados e construindo casas para abrigá-los. Pouco depois da Abolição, substituiu quase totalmente o plantel de operários nacionais pelos platinos, na busca de igualar seu produto ao dos saladeiros do Prata²¹. O fato de ainda manter seus trabalhadores escravizados em 1887, pode significar porém que, mais do que um empresário progressista, ele fosse um empresário preocupado com a melhor forma de realização de seu capital, para o que a existência de um plantel cativo de mão de obra lhe parecia mais seguro do que a duvidosa confiabilidade em um contrato do qual não se teria como cobrar seu cumprimento²². Suas atitudes deixam entrever que não possuía muitas ilusões quanto ao alcance legal dos contratos, tanto que até então não optara por trabalhar dessa forma. Em 1884, participara da festa da emancipação libertando apenas uma escrava - uma mulher de 18 anos; portanto, sem interferência na produção.

A charqueada do Cassius de Almeida ficava exatamente na Costa, local das denúncias de atrocidades contra os negros. Também na Costa localizava-se a charqueada de Paulino Leite, onde, em 1881, ocorrera o assassinato de um negro sob tortura.

²⁰ *Boletim apresentado a Intendência Municipal da cidade de Pelotas*, por Euclides B. de Moura, diretor da Reparação de Estatística da mesma Intendência. Pelotas, Livraria universal, 1891.

²¹ A *Pátria*, 27/11/1888 e 14/5/1890.

²² A esse respeito são muito lúcidas as colocações de 'Vértias', escrevendo em nome dos partidários do escravismo no *Echo do Sul*, sobre os limites dos contratos com os escravos: "A facilidade com que se obteve o acordo bem mostra as boas disposições dos senhores. Estes sabem perfeitamente que o escravo não tem personalidade legal para fazer ou autorizar contratos em seu nome, sabem que tais contratos nada valem e que, portanto, nem o clube abolicionista, nem instituição particular alguma tem força para obrigar o ex-escravizado a cumprir os compromissos contraídos para com seu senhor..... D ora em diante os contratados podem, quando bem lhes parecer, suspender com a trouxa e...peguem-lhe com um trapo quente." (*Echo do Sul*, 7/12/1887)

É difícil recuperar o que realmente ocorreu naquele momento, pois as fontes são extremamente contraditórias, com os jornais e setores abolicionistas negando historicamente a existência de qualquer revolta ou complô escravo, enquanto os escravagistas acusam-os de tentar sublevar os escravos para depois forçar seus senhores a libertá-los. Toda a imprensa de Pelotas silencia ou nega esses fatos, que só serão conhecidos por notícias vindas de Pelotas, mas divulgadas em jornais como *A Federação* e a *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, e o *Echo do Sul*, de Rio Grande.

Vejamos as diferentes versões sobre o assunto:

Em 30 de novembro de 1887, *A Federação* coloca a seguinte notícia, tirada da *Folha da Tarde*, também de Porto Alegre:

"<<Pelotas, 29 de novembro: 'Libertos contratados da charqueada de Brutus Almeida abandonaram o trabalho. Presos na cidade, opôs-se à prisão o vigário Canabarro, sendo acompanhado pelo povo. A noite, grande manifestação ao vigário Canabarro, muitos discursos.

Dr. Chefe de polícia telegrafou, permitindo manifestações ordeiras. >>

Explicando este telegrama à vista de novos pormenores, diz o colega da *Tarde* que os trabalhadores da charqueada do sr. ten.-cel. Brutus Almeida não são contratados e sim escravos e que tudo estava terminado."

Esta notícia é negada pelos jornais pelotenses *Diário de Pelotas* e *A Discussão*, não sendo comentada pelos demais. Contudo, o mesmo *Diário* de 28/11 dera a notícia da prisão de um negro no mercado público, a pretexto de que era escravo, e de sua condução à casa do senhor, com a intervenção da polícia. O jornal informa estar omitindo detalhes deliberadamente, questiona se é função da polícia participar de tais atos e indaga às autoridades se ainda existem escravos no município. Ou seja, é um caso de hipocrisia explícita, porque, além de assumir que omite fatos, remete às autoridades o admitir ou não a existência de escravos na cidade, como se esta não fosse uma realidade sentida quotidianamente por todos. Todas as fontes convergem quanto à realização de uma grande passeata festiva em homenagem aos abolicionistas Canabarro e João Ramos no dia 28, à noite, a qual reuniu compacta massa de povo. Mas discordam quanto ao conteúdo de dita manifestação. Os jornais pelotenses asseveram que é simples homenagem. O *Echo do Sul* (29 e 30/11/87) de Rio Grande, em notícia própria baseada no panfleto que convocava à manifestação, informa que foi provocada por ofensas dirigidas à mãe do Cônego Canabarro, por grupos de escravagistas que foram a sua casa

insultá-lo. Corroborando esta versão, sabe-se que na manifestação foi saudada a mãe do vigário e, em seu discurso, este agradeceu "aquela prova de simpatia que vinha de receber do povo que, gigante poderoso, não podia deixar-se amesquinhar pela facção microscópica dos escravocratas" (*Diário de Pelotas* 29/11/87).

Já o defensor dos interesses escravagistas e correspondente pelotense do *Echo do Sul*, Veritas, afirma que a manifestação deveu-se ao "fato de haverem os manifestados assumido atitude ostensiva em relação ao alevantamento de negros da charqueada de Junius Brutus Cassius de Almeida", (*Echo do Sul*, 4/12/87) o que se harmoniza com a notícia da *Folha*, vista acima.

Nesse dia, e principalmente em carta publicada no mesmo jornal, dia 7/12, Veritas coloca maiores informações sobre a revolta. Segundo ele, Canabarro e vários membros do *Club Abolicionista* instigaram os cativos a fazerem parede, colocando-se o vigário à frente deles, para constranger os senhores a cederem e libertá-los, tentando utilizar aqui o sistema posto em prática pelos abolicionistas de Campinas. Contudo, o estratagema "não surtiu aqui o efeito desejado", porque

"o povo quer a lisura e a lealdade nas questões que afetam a ordem social e o que o nosso pároco fez com os seus sectários, outra coisa não foi senão uma surpresa que poderia ter determinado uma crise industrial, tal como determinou um conflito, que a prudência de alguns cidadãos e das autoridades não permitiu assumir maiores proporções".

Crítica a posição da imprensa ao silenciar os fatos de forma censurável, aparentemente temerosa pela iminência do conflito entre os grupos. Protesta contra o procedimento assumido no episódio por parte do cônego e dos abolicionistas em geral, e destaca a boa fé dos senhores que, mesmo sabendo da fragilidade do acordo feito, a ele se dispuseram, como forma de encerrar o conflito. Quanto aos abolicionistas, fizeram o acordo intimidados pela indignação popular aos seus atos. Finaliza com uma ameaça:

*"a indignação ferve surdamente no seio das classes que simpatizam com a causa dos senhores e não será difícil que ao primeiro desmando dos amotinadores de escravos, sofra o chefe destes uma decepção bem amarga, vendo-se constrangido a abandonar precipitadamente o teatro de suas façanhas. Violência contra violência: eis o mote dos prejudicados pelas deslealdades dos abolicionistas" (*Echo do Sul*, 7/12/87).*

Sobre a contra-manifestação, Veritas afirma que "amigos da indústria", reunidos a numerosas pessoas que reprovaram a conduta dos negros, promoveram manifestação contra os abolicionistas, na qual

quase foram espancados Serafim Antonio Alves e João Antonio Ramos, enquanto o Cônego Canabarro por pouco não foi expulso da cidade. Cita que haveria em torno de "trezentos e tantos cidadãos, entre os quais contavam-se muitas pessoas altamente colocadas" e que a polícia teve de intervir no conflito, juntamente com o Barão de Santa Tecla (*Echo do Sul* 4/12/87).

Essas suas afirmações serão totalmente contestadas por Serafim Alves, escrevendo no *O Rio Grandense*, dias 6 e 10/12/87, que o acusa de intrigante e impatriota, querendo atrair o ódio sobre os abolicionistas, expedindo telegramas falsos. Nega expressamente que Canabarro tenha aconselhado levar de negros a abandonar a casa de seus senhores ou a não lhes prestar os serviços a que estão obrigados, como também nega que a associação abolicionista tenha instigado "os cativos a fazerem parede, com o fim de arrancar de seus senhores, por meio do terror, suas cartas de liberdade". Os membros dessa associação "não são tão inconsiderados ou faltos de senso que fizessem uma tão indigna e infame propaganda, pois eles não sabem quais serão as primeiras vítimas." É significativa a ligação feita entre a recusa ao trabalho - greve - e o terror, ou seja, até nas mentes dos abolicionistas convictos, a imagem do negro escravizado estava ligada ao binômio: ordem-trabalho, de onde derivam seus pares opostos: não trabalho-desordem, terror, motim.

Serafim Alves também desmente as afirmações sobre a contra-manifestação e seus acontecimentos e termina por não reconhecer a própria existência de conflitos entre as duas partes: "Para honra dos créditos desta terra e mais para a honra de todas as pessoas envolvidas na questão abolicionista, não houve o menor motivo para recriminações entre os propugnadores da idéia da emancipação dos escravos e os senhores destes". Afirma que os abolicionistas não querem a anarquia, e sim a paz e harmonia entre abolicionistas e senhores de escravos. Por fim, rebate as acusações de que tenham sido forçados a aceitar o acordo, dizendo que, se o aceitaram, "é porque entendemos que desse acordo provinha a felicidade para os trezentos e tantos escravos que ainda existem".

Dois jornais da cidade, *Correio Mercantil* e *A Ventarola* (4/12/87), referem-se, de modo breve, a problemas entre abolicionistas e escravocratas. O primeiro, ao noticiar o compromisso firmado entre eles, praticamente confirmou a existência do conflito: "Com isso se encerra, de modo honroso, a delicada questão suscitada pelo abolicionismo"²³.

²³Citado no *Echo do Sul* de 4/12/87)

Ora, se foi necessário um acordo, é porque havia pendências. Se uma massa compacta dirige-se à casa do vigário da Igreja Matriz para desaforá-lo e, não o encontrando, ofende sua mãe, é porque a exasperação dos ânimos está muito elevada. Se notícias são colocadas em jornais de outras cidades relatando uma pretensa revolta escrava, por parte de escravocratas, não é cabível acreditar que estes a tenham inventado em sua totalidade. Até porque notícias de levantes de negros sempre foram muito tomadas pelos senhores, pelas idéias que poderiam levantar no restante da massa escravizada. Ainda mais naquele momento em que os jornais não pensam de informar sobre os acontecimentos de Campos (Rio) e Campinas (S.P.): levante de escravos e/ou perseguição severa aos abolicionistas. E se realmente aceitar-se a versão dos abolicionistas, de que nada houve, então quais os motivos daquele acordo e da criação do *Club São Sebastião*? E por que a manifestação (que se torna, então, extemporânea) de homenagem ao clérigo e a um influente abolicionista?

Por fim, que motivos levariam abolicionistas a servirem de zeladores de contratos entre escravos e escravocratas, senão o sério problema da manutenção da paz entre os dois grupos, extremamente ameaçada? Os nomes que constam da diretoria do *São Sebastião* reúnem os mais destacados e antigos militantes da causa abolicionista, e, entre eles, aqueles já citados como mais consequentes na crítica à escravidão e à condição social dos negros. E, no mesmo sentido, se nada houve, porque motivo o charqueador J. B. Cassius de Almeida libertaria 70 de seus escravos, em plena safra, alguns sem ônus e outros com contrato por 3 anos (*Rio Grandense* 25/12/87), no que foi seguido por vários outros senhores?

Tentando reconstituir o episódio, pode-se imaginar que seu início foi uma recusa ao trabalho, por parte de uma parcela dos escravos da charqueada de Brutus de Almeida, em 26 ou 27 de novembro de 1887. Talvez isso tenha degenerado em motim, talvez em fuga, não se sabe, como também se desconhece a extensão da revolta. Entretanto, a greve está presente nos relatos de Veritas, como estratégia principal de luta. Quanto aos seus objetivos, pode-se inferir que tenham a ver com os maus tratos denunciados por *A Federação*²⁴, além da busca da liberdade.

²⁴Poucos dias antes do incidente, houveram as festividades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, composta na maioria por negros, e no sermão, o cônego Canabarro pronunciara oração anti-escravagista muito comentada. À tarde, houve procissão. Não sabemos se um acontecimento influenciou o outro, mas essas festas eram momento de reunião e confraternização de negros e exposição de seus rituais de dança, o que ocorreu também, nesta, a julgar pelos comentários de *A Venturosa* de 27/11/87.

De qualquer forma, ela foi suficientemente grave para obrigar esse charqueador, logo depois, a rever suas posições e libertar seus escravos, sob cláusula de prestação de serviços por 3 anos. Um ou mais desses escravos foram presos por capitães de matô e conduzidos à cidade, manietados numa carreta, com o apoio da polícia. Ao passar junto ao mercado, sua visão causou grande indignação. Houve, então alguma intervenção do Vigário Canabarro e de outros, contra a prisão e as circunstâncias desta, no que tiveram o apoio do povo. Revoltados, os defensores do charqueador foram a sua casa, só tendo encontrado sua mãe, que foi ofendida por eles. No dia 28, foi tributada ao cônego, a sua mãe e a João Antonio Ramos uma homenagem, que constou do passeio pelas ruas da cidade, com foguetes, archotes e bandas de música, e discursos, saudando os homenageados. Nessa mesma noite, ou, mais provavelmente, no dia seguinte, houve uma contra-manifestação dos escravagistas, na qual quase houve confronto físico entre ambos os grupos, o que foi evitado com a ajuda da polícia e do Barão de Santa Tecla, porta-voz dos escravocratas, o qual costurou um acordo, que passava pelos seguintes itens: 1) todos os escravos seriam libertados até 1º de janeiro de 1888, mediante cláusula de prestação de serviços por três anos; 2) os abolicionistas zelariam pelo fiel cumprimento dos contratos, inclusive não ajudando os contratados que porventura não respeitassem os seus termos. É interessante que, se a contra-manifestação não aparece nos jornais pelotenses, o acordo tem a sua existência confirmada, sendo criada uma nova associação para cumprí-lo, o *Club São Sebastião*, cujos estatutos foram feitos com a colaboração do Barão de Santa Tecla e do Epaminondas Piratinino de Almeida, representantes dos charqueadores²⁵, não divergindo da letra do acordo.

Conclusão:

Ao final do trabalho, sente-se uma certa frustração devido às fontes não permitirem um maior aprofundamento sobre a dimensão real da revolta e seus desdobramentos. Embora haja evidentes exageros dos dois lados, pode-se afirmar que houve, guardando as devidas proporções, não só uma revolta, mas duas: uma de escravos contra seus senhores e outra dos senhores contra os abolicionistas. A revolta dos escravos buscava a liberdade; a dos escravagistas, a continuidade da opressão, mesmo que tivessem que se sujeitar à nova forma jurídica. No embate, houve a vitória dos segundos, que, a partir de

²⁵Por ironia, este último foi exatamente o primeiro presidente do Club Abolicionista de Pelotas.

agora, poderiam contar com o auxílio, ou pelo menos a não-ação dos abolicionistas, tolhidos pelos limites do acordo celebrado entre ambos. Contudo, também a letra do acordo permitia brechas de atuação. A nova forma jurídica do ex-escravo possibilitava que, em caso de maus tratos, o contratado tivesse o direito de recorrer judicialmente para sua completa libertação, tática que vai ser empregada pelos seus defensores no início de 1888.

As notícias posteriores, sobre a elaboração dos estatutos da São Sebastião, confirmam os seus limites: seus estatutos são publicados na imprensa para discussão, sofrem interferência dos representantes dos senhores e propostas de aditivos, vindas de João Antonio Ramos e Manoel Conceição da Silva Santos, não são aceitas. Seu artigo 2º esclarece que seu objetivo é conseguir a redenção completa dos poucos escravos que ainda existem na cidade, de forma pacífica, até 1º de janeiro de 1888, seja através da alforria completa ou com cláusula de prestação de serviços pelo menor tempo possível. A associação também demandará todo seu empenho em que os contratos já realizados, ou que o venham a ser, sejam rigorosamente cumpridos, comprometendo-se a associação a não dar, nem por si, nem por qualquer de seus membros, proteção a contratados que façam alguma infração aos mesmos. Contudo, há um avanço em relação às associações abolicionistas anteriores: aos senhores que não queiram libertar seus escravos, a Associação demandará judicialmente, comprando sua liberdade, sem que para isso aceite, a qualquer título, dinheiro do libertando (*O Rio Grandense* 4/12/87). Ou seja, diferentemente do início da década, agora se entende que a liberdade é um direito de qualquer indivíduo e deve ser provido pela sociedade, e não um negócio particular entre dono e coisa possuída.

O tecido social pelotense foi tensionado em vários momentos pela questão da extinção da escravatura, dado o montante dos interesses em jogo, especialmente de ordem econômica. O episódio em apreço marca apenas o momento de maior tensão deste relacionamento. Tentou-se retornar à situação anterior, através da costura de um acordo que propiciasse um mínimo de harmonização de interesses. Mas o acordo não foi cumprido por nenhum dos lados: os escravagistas continuaram a reprimir violentamente escravos e contratados, e muitos contratos superaram os três anos de vigência. E as fugas de contratados se intensificaram de inícios de 1888 até maio, ao mesmo tempo que as cadeias se enchiam de contratados presos por mau comportamento.

Quanto aos abolicionistas, se tiveram sua imagem prejudicada no episódio, logo depois a situação política na cidade evoluirá de forma

favorável a eles: nos primeiros dias de dezembro, uma contratada é morta, depois de sofrer severas e contínuas torturas por sua senhora, e a indignação popular, desta vez, encontrará profundo eco nos jornais.

Em maio de 1888, ainda haverá vários escravizados na cidade, além de milhares de contratados. A festa da abolição contará com cerca de 3.000 negros a comemorar sua liberdade. Mas, provando que na cidade os interesses do charque têm prioridade, a festa da libertação só ocorrerá a partir de 6 de junho, depois do término da safra daquele ano.

O término de uma luta significa o início de outra. Em nível mais imediato, inicia-se a luta pela tutoria dos ingênuos, requeridas pelos senhores na tentativa de aproveitar, por mais alguns anos, essa fonte de mão de obra gratuita. O problema não é local, mas sim nacional: em São Paulo, a luta contra esse expediente obrigou ex-escravos de idade avançada a casarem para poder garantir a guarda de seus filhos (*A Pátria*, 11/7/88). A longo prazo, trata-se da luta pela integração do negro, agora como trabalhador livre e cidadão, à sociedade de classes brasileira, o que, em Pelotas, frequentemente se confunde com a história da própria classe operária.

Referências Bibliográficas:

- BERND, Z. & BAKOS, M. **O negro, consciência e trabalho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1991.
- CARDOSO, F.H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo, Difel, 1962.
- GRANDO, Marnês. **Pequena agricultura em crise - o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1990.
- LONER, Beatriz. "O pensamento da elite agrária pelotense em 1888: a revista 'Sul do Brasil'", comunicação apresentada no VII Encontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura -PIPSA, realizado em Pelotas, de 22 a 24 de novembro de 1995.
- MAGALHÃES, Mario O. **Oportunidade e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Ed. UFPel/Livraria Mundial, 1993.
- MARQUES, Alvarino. **Episódios do ciclo do charque**. Porto Alegre: Edigal, 1987.
- MELLO, Marcos A. L. **Reviravoltas, batuques e carnavais - a cultura de resistência dos escravos em Pelotas**. Pelotas: ed. Universitária/UFPel, 1994.
- OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. Pelotas: tip. Diário Popular, 1922.
- PESAVENTO, Sandra. **Emergência dos subalternos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1989.

PICCOLO, Helga. "A resistência escrava no Rio Grande do Sul.", in: **Cadernos de estudo** nº 6, do Curso de Pós-graduação em História-da UFRGS, Porto Alegre, 1992.

REIS, João J. - "Quilombos e revoltas escravas no Brasil." In: **Revista da USP** nº 28 - *Dossiê povo negro - 300 anos*; dezembro/janeiro/fevereiro 95-96, São Paulo: USP, pp.14-39.

Fontes Primárias:

Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre:

A Voz do Escravo, jornal, Pelotas, 1881, nºs 1 a 13.

Biblioteca Pública Pelotense (Museu):

Jornais:

Discussão (A) - Pelotas, 1881, 1884, 1887.

Correio Mercantil - Pelotas, 1881, 1884, 1887, 1888.

Diário de Pelotas - Pelotas, 1881, 1884, 1887, 1888.

Echo do Sul - Rio Grande, 1887.

Federação (A) - Porto Alegre - 1887.

Jornal do Comércio - Pelotas, 1881.

Onze de Junho - Pelotas, 1881, 1884, 1888.

Pátria (A) - Pelotas, 1888, 1890.

Rio Grandense (O) - Pelotas 1887, 1888.

Sul do Brasil - Pelotas, 1887, 1888.

Venturosa (A) - Pelotas, 1887, 1888.

Documentos:

Estatutos do **Club Abolicionista** e Relatório do ano de 1882.

A Praça do Comércio da Cidade de Pelotas (Província de São Pedro do Rio Grande do Sul), ao comércio nacional e estrangeiro. Pelotas, tipografia do Correio Mercantil, 1878.

Boletim apresentado à Intendência Municipal da cidade de Pelotas, em sessão de 12 de maio de 1891, por Euclýdes B. de Moura, diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência. Pelotas: impressão a vapor da Livraria Universal, 1891.

ABSTRACT: This article goes on the revolt that happened in 1887 at Brutus de Almeida's "charqueada" in Pelotas. After a short investigation about how the emancipation was accomplished in town, one does an attempt to analyse the relations between slave holders and abolitionists in Pelotas on the 80's of the last century. The behaviour of newspapers and sectors of abolitionists in the episode - of completely silence - and the description of what occurred constitutes the final part of this article.

KEYWORDS: abolition, slavery, rebellion

ANEXO I

Quadro demonstrativo dos filhos livres de mulher escrava matriculados e averbados no município de Pelotas até 30/6/1884

Filiação	Idade	Matricula dos até 30 de junho de 1884	Falecidos	Saídas do município	Existentes em 30 de junho de 1884	Remidos por desistência do ónus no serviço	Entregues às mães libertandas
Pertencentes população escrava urbana	Menores de 8 anos	H: 829	H: 257	H: 14	H: 532	H: 4	H: 20
		M: 811	M: 244	M: 19	M: 514	M: 5	M: 29
Idem	Maiores de 8 anos	H: 187	H: 79	H: 4	H: 93	H: 3	H: 8
		M: 207	M: 93	M: 3	M: 98	M: 2	M: 11
Pertencentes população escrava rural	Menores de 8 anos	H: 312	H: 83	H: 4	H: 217	H: 1	H: 7
		M: 287	M: 57	M: 3	M: 219	M: 2	M: 6
Idem	Maiores de 8 anos	H: 98	H: 31	H: 4	H: 60	H: 2	H: 1
		M: 72	M: 22	M: 2	M: 40	M: 1	M: 1
Total		H: 1426	H: 450	H: 26	H: 904	H: 10	H: 36
		M: 1377	M: 416	M: 27	M: 877	M: 10	M: 47

Fonte: **Correio Mercantil**, Pelotas, 23/08/1884, p. 2

Existia ainda uma coluna que dizia: *entregues ao estado, por ação declaratória ou título de renda*, mas foi excluída, por estar totalmente zerada em seus valores.

Obs.: H=escravo; M=escrava.

